



Intervenção de Sua Excelência a
Ministra da Justiça na
Cerimónia de Inauguração da
XXV Feira de Artesanato e
Gastronomia de Pampilhosa da Serra

12 de agosto de 2024



Senhor Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra,
Jorge Alves Custódio;

Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Pampilhosa da Serra, **José Alberto Pacheco Brito Dias;**

Senhores Vereadores da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra,

João dos Santos Alves,

Ricardo Miguel Vicente Serra e

Rui Jorge Simão;

Senhor Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA, **Eliseu Neves;**

Senhora Deputada do Grupo Parlamentar do PSD, **Paula Margarido;**

Senhores Secretários e Senhores Deputados da Assembleia Municipal da Pampilhosa da Serra;

Senhores Presidentes e Vereadores de Câmaras Municipais aqui presentes;

Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia;

Senhores Responsáveis de organismos públicos aqui presentes,

Demais Autoridades Cíveis e Militares,

Ilustres e Distintos convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores,



Foi com enorme gosto que aceitei o convite do Senhor Presidente da Câmara, Eng. Jorge Custódio, para vir inaugurar a Feira de Artesanato da Pampilhosa da Serra.

Tenho laços familiares com o distrito de Coimbra, por onde fui eleita deputada. Aqui sinto-me em casa, sinto que estou entre amigos.

Tive a oportunidade de visitar a Pampilhosa da Serra por duas vezes durante a campanha para as legislativas. Testemunhei a beleza e a resiliência desta região. Nessa altura, deixei o compromisso de voltar. Por isso, foi com uma enorme alegria que aceitei o convite do Senhor Presidente para vir inaugurar a Feira de Artesanato e Gastronomia da Pampilhosa da Serra.

Estar aqui de novo, e poder estar neste momento, é muito especial:

- Não só se celebram os anos de prata – a Feira de Artesanato e Gastronomia faz 25 anos, como

- Tem a singularidade de se manter fiel às suas origens, dando preferência à oferta local, valorizando o que é da região e de produção artesanal.

É de louvar este esforço para manter a autenticidade das Festas



do Município. Também é assim que se valoriza e preserva o património cultural e gastronómico da região.

Segundo sei, até o programa de animação musical dá prioridade aos artistas locais, que ocupam dois palcos das festas do município. De facto, numa altura em que a Pampilhosa recebe tantos visitantes, o interesse é mostrar-lhes o que de melhor se faz aqui.

Antes de irmos cortar a fita e de cumprimentar os expositores que estão na Feira deste ano, deixem-me dizer que a Justiça não é insensível às questões económicas, às questões do território, às questões da qualidade de vida e bem-estar da população.

A Justiça económica é uma das minhas maiores preocupações. Espero contribuir para melhorar também este campo.

O tempo que demoram os processos é das coisas mais exasperantes para os nossos empresários – sobretudo para gestores de pequenas e médias empresas que são mais de 99,9% do nosso tecido empresarial, em número. Estas PME não têm, em regra, estruturas de apoio sofisticadas. E para elas, quanto mais simples, melhor!

Uma das medidas que estamos já a pôr em prática para poupar tempo e reduzir a burocracia é a de tornar obrigatória para as



empresas a “citação e notificação eletrónica”.

A medida é da competência do Parlamento e, por isso, o que o Governo fez foi apresentar um pedido de autorização legislativa e apresentar uma proposta de lei.

Se for aprovada, em breve, como espero, vamos poupar muito tempo entre o *“papel para cá e papel para lá”* e, com privacidade e segurança, poder citar e notificar as empresas exclusivamente por meios eletrónicos.

O que será obrigatório para as empresas será facultativo para pessoas singulares.

Parece uma coisa simples e menor, mas não é.

Eu tenho dito sempre que há pequenos grãos de areia que se os conseguirmos eliminar, a máquina da Justiça pode passar a funcionar de forma mais rápida e mais eficaz.

Foi assim que desenhámos a Agenda Anticorrupção, aprovada em junho passado. Já foram feitas muitas leis, grandes reformas – mas nenhuma conseguiu baixar drasticamente nem a corrupção nem a sua perceção.

Com as 32 medidas que aprovámos – umas que vão levar mais tempo que outras a serem executadas – espero, sinceramente,



trazer algumas mudanças neste campo.

E, por falar nisso, terminou hoje a consulta pública a que submetemos a Agenda Anticorrupção, no portal oficial das consultas públicas.

Depois de um diálogo intenso com instituições relevantes nesta matéria – desde logo, com todos os partidos com assento parlamentar e com as associações e entidades que lidam com a corrupção – quisemos dar a voz aos cidadãos e a especialistas, que seria impossível ouvir separadamente.

Em cerca de 60 dias de consulta pública, recebemos mais de duas dezenas de contributos, sobretudo de cidadãos, advogados, juristas e associações.

Por outro lado, foram escritos vários artigos em vários jornais, feitas centenas de comentários nas rádios e televisões... De tudo tomamos nota, porque o combate à corrupção deve ser uma luta de cada cidadão.

Queremos reformar a Justiça.

Mas de nada valem grandes planos, grandes mudanças, se no dia-a-dia o computador não funciona, a impressora não imprime, ou há ninguém para atender o telefone.



Por isso, gostava de anunciar que vamos instalar em todos os tribunais do País novos equipamentos de vídeo conferência, novos sistemas de áudio e novos telefones, que vão permitir maior capacidade nas comunicações.

Os novos equipamentos são financiados pelo PRR, os concursos de fornecimento estão concluídos, o visto do Tribunal de Contas foi concedido.

O trabalho de casa já está a ser feito pelo IGFEJ e pela DGAJ - as configurações, a etiquetagem e formação, para que, já a partir de setembro e até ao final do ano, estas infraestruturas estejam ao serviço da Justiça.

Mas ainda mais importante que os computadores, os telefones, a rede de Internet – são as pessoas. Tenho a enorme satisfação de poder anunciar aqui na Pampilhosa da Serra, que acabo de saber que o Senhor Ministro de Estado e das Finanças autorizou a contratação de 570 Oficiais de Justiça.

Vamos poder, assim, dar início ao processo de contratação de quase 600 novos profissionais, sem os quais nenhum Tribunal consegue funcionar. Ao mesmo tempo, estamos a rever o estatuto deste profissionais e contamos ter boas notícias nos próximos meses.



Ter mais pessoas a trabalhar nos Tribunais, pessoas motivadas, é uma condição essencial para que a celeridade da Justiça deixe de ser apenas uma vontade para ser cada vez mais uma realidade.

Senhor Presidente da Câmara,

Entidades e Autoridades aqui presentes,

Senhoras e Senhores convidados,

O Governo fez há pouco tempo 100 dias em funções.

Parece que já passaram muitos mais. O ritmo não tem sido suave. Mas também não queremos perder tempo com aquilo que precisa de ser feito.

Da parte da Ministra e do Ministério da Justiça, têm sempre uma porta aberta e alguém interessado em escutar em fazer.

Na “Pampilhosa da Serra não há nada”?

Nada como estas pessoas hospitaleiras e trabalhadoras.

Nada como esta gastronomia.

Nada como este céu.

Nada como esta região tão portuguesa e tão genuína.



De facto, como dizem no vosso vídeo promocional, nada como vir cá! Eu vim e vou voltar!

Rita Alarcão Júdice